

Parecer Técnico DINME: 282/2003
Processo COPAM: 092/92/05/99
Processo DNPM: 831.069/92
Fase DNPM: Requerimento de Lavra

PARECER TÉCNICO

| | |
|--|------------|
| Empreendedor: CAL FERREIRA LTDA | Classe: II |
| Empreendimento: Fazenda Lagoa Seca | |
| Atividade: Extração e beneficiamento de calcário | |
| Endereço: Rod. MG 439 Km 7,5. Vassouras- Pains- MG | |
| Localização: Faz. Lagoa Seca – Pains | |
| Município: Pains | |
| Consultoria Ambiental: A própria empresa | |
| Referência: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO AI 180/99 - INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA | |

A Cal Ferreira Ltda, empresa de pequeno porte, localizada em Lagoa Seca, zona rural do município de Pains, vem pedir a reconsideração do Auto de Infração nº 180/99, lavrado em 20/09/99 com fundamento no Decreto nº 39.424, de 05 de Fevereiro de 1998, artigo 19, §3º, item 02, por descumprir determinação formulada pelo plenário do COPAM, por Câmara especializada ou por órgão seccional de apoio (pelo fato de continuar em lavra embargada pelo COPAM), degradar cavidade natural subterrânea, infração tipificada como gravíssima.

A empresa não apresentou defesa. O processo foi julgado e em reunião realizada no dia 11/10/2001, o COPAM decidiu pela aplicação de multa no valor de 40.000 (quarenta mil) UFIRs ao empreendimento com base no Auto de Infração supracitado. Foi aprovada ainda a moção pela suspensão das atividades da empresa até a obtenção da Licença de Operação do COPAM.

Em 19 de novembro de 2001, através do ofício nº 046267/2001 (protocolo FEAM), a empresa apresentou seu Pedido de Reconsideração, onde alega que não está lavrando na área cujas atividades foram suspensas pelo COPAM e que as atividades de lavra ocorrem apenas em locais devidamente credenciados pelo DNPM, mediante Portaria de Lavra, cujos relatórios anuais de lavra vem sendo regularmente apresentados ao DNPM. É importante salientar que para a operação do empreendimento é necessária, além da Portaria de Lavra, a Licença de Operação emitida pelo órgão competente, o que a empresa não possui. A empresa ressalta ainda que a abertura apontada pelo técnico da FEAM como uma gruta é apenas uma fenda na formação calcária.

Alega também que paralisou e mantém paralisada qualquer forma de atividade minerária dentro da área acobertada pelo processo DNPM 831.069/92 desde o momento em que o COPAM suspendeu as atividades naquele local.

Do ponto de vista técnico, a empresa não apresentou nenhum argumento ou justificativa que descaracterizasse as infrações cometidas frente à Legislação Ambiental. Sugere-se, portanto, manter as penalidades aplicadas.

No entanto, cabe informar, que no presente momento a empresa opera apenas no DNPM 810.680/73, onde é amparada por um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público, e obteve parecer favorável ao seu pedido de LO.

| | | |
|---|------------------------------------|---|
| Divisão de Extração de Minerais Não Metálicos – DINME | | Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias- DIRIM |
| Autores: Rogério L. S. Fonseca Rubens Pereira da Silva | Gerente: Caio Márcio Benício Rocha | Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti |
| Assinatura: | Assinatura: | Assinatura: |
| Data: 20/04/04 | Data: 20/4/04 | Data: 20/4/04 |



feam

Também vale lembrar, que atualmente no DNPM 831.069/92 as operações se encontram paralisadas, e inclusive, esta sendo agendado o acompanhamento de um teste sismográfico pela FEAM e IBAMA, para a definição de um plano de fogo adequado a área de lavra do DNPM 810.680/73. Por último, salienta-se que no DNPM 831069/92 a empresa possui alvará de pesquisa e não possui processo de licenciamento na FEAM, contudo não opera na referida poligonal.

Rubrica do Autor

Parecer Técnico DINME 282/2003
Processo COPAM 092/1992/05/1999

Processo nº 092/1992/005/1999
Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 180/99
Apresentado por Cal Ferreira Ltda

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 - A empresa Cal Ferreira Ltda foi multada pela Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, em reunião do dia 11-10-2001, no valor de 40.000 UFIR's, por "*descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive Planos de Controle Ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento*", infração tipificada como Gravíssima.

2 - Regularmente notificada da decisão por meio do ofício OF/COPAM/FEAM/Nº 743/2001, tempestivamente a empresa apresentou seu Pedido de Reconsideração, alegando em síntese que:

- de acordo com o Laudo Técnico elaborado por engenheiro contratado, a empresa não está lavrando em área cujas atividades foram suspensas pelo COPAM, mas apenas em locais devidamente credenciados pelo DNPM;

- o local identificado pelo fiscal como gruta, deve, com base em sua experiência de campo e nos trabalhos de espeleologia conduzidos no local, ser considerado como fenda na formação calcária;

- acatando a sugestão da FEAM e a do engenheiro que contratou, suspendeu os trabalhos com explosivos nas proximidades da abertura, mesmo sabendo que o local não se encontrava embargado e não se caracterizava como gruta;

- solicita que, antes do julgamento do Pedido de Reconsideração, seja resolvido o impasse entre a opinião do técnico da FEAM e a do seu engenheiro, mediante vistoria ao local com a presença dos dois técnicos e do representante do DNPM;

- pelo exposto, requer que sua defesa seja processada, analisada e julgada procedente, com o agendamento da vistoria proposta com o objetivo de dirimir as dúvidas existentes, com a manutenção da multa, caso seja confirmada a veracidade das informações da FEAM, ou com o arquivamento da autuação no caso ser constatada a procedência do seu Laudo Técnico;

3 - O Parecer de fls. 31/32 informa, em síntese, que do ponto de vista técnico a empresa não apresentou nenhum argumento ou justificativa que descaracterizasse a infração cometida frente a Legislação Ambiental. Aduz que, no presente momento, a empresa opera apenas no DNPM 810.680/73, sendo amparada por um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público, e obteve Parecer favorável ao seu pedido de Licença de Operação.

Lembra, também, que, atualmente, no DNPM 831.069/92 as operações se encontram paralisadas e, inclusive, está sendo agendado o acompanhamento de um teste sismográfico pela FEAM e IBAMA, para a definição de um plano de fogo adequado para a área de lavra do DNPM 810.680/73. E, salienta que no DNPM 831.069/92 a empresa possui alvará de pesquisa, mas não possui processo de licenciamento. Por fim, sugere a manutenção da penalidade.

saat.


**II) Conclusão:**

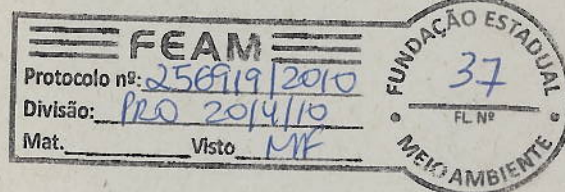
Diante do exposto, considerando que a recorrente não trouxe a este órgão ambiental dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida; considerando, ainda, as alterações promovidas pelo Decreto nº 43.127/02 no que se refere aos valores das multas (artigo 21, do Decreto nº 39.424/98), bem como sua aplicação aos processos em curso, ainda sem decisão definitiva administrativa, remetemos os autos à Câmara de Atividades Minerárias, recomendando o seguinte:

→ *indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada, que passará para R\$ 26.602,50, nos termos da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03;*

É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 26 de abril de 2004.


Ana Paula Durães Rabelo
Consultora Jurídica
OAB/MG 76.603

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE**ADENDO AO PARECER JURÍDICO DE FLS. 33/34**

| |
|------------------------------|
| AUTUADO: CAL FERREIRA LTDA. |
| PROCESSO Nº 92/1992/005/1999 |
| AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 180/99 |
| TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA |
| PORTE: PEQUENO |

Em 26.4.2004, foi emitido o Parecer Jurídico de fls. 33/34 que recomendou à Câmara de Atividades Minerárias do COPAM o *indeferimento do Pedido de Reconsideração, com a manutenção da multa aplicada, mas com a redução de seu valor de 40.000 UFIR para R\$ 26.602,50, em virtude das alterações introduzidas pelo Decreto nº 43.127/2002 no Decreto nº 39.424/1998.*

Em 10.8.2009, como a CMI/COPAM não existe mais, o processo foi encaminhado à URC COPAM DO ALTO SÃO FRANCISCO para julgamento.

Contudo, em 26.6.2008, com a publicação do Decreto nº 44.844/2008, os valores das multas foram alterados e o art. 96 determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

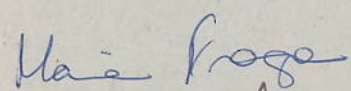
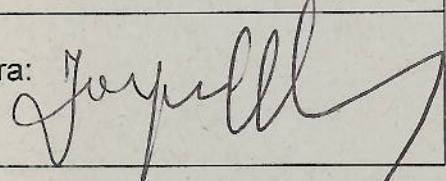
Neste caso, como não há decisão administrativa definitiva deve ser aplicada a nova norma, por ser mais benéfica ao autuado.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 20.000,00.

PELO EXPOSTO, remete-se os autos à URC COPAM DO ALTO SÃO FRANCISCO, recomendando o indeferimento do Pedido de Reconsideração, porém o valor da multa deve ser reduzido para R\$ 20.000,00, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2010.

| | |
|---|---|
| Autores: Maria do Carmo Moreira Fraga OAB/MG 72.355 – MASP 1043870-3 | Assinatura:  |
| Joaquim Martins da Silva Filho Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 – MASP 1043.804-2 | Assinatura:  |